



ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO ESTADUAL P2R2



12ª Reunião Ordinária da Comissão Estadual P2R2

Data:	7 de outubro de 2014			
Horário	Previsto	09h00min	início	09h20min
Pauta:	<ul style="list-style-type: none">■ Palestra sobre SASSMAQ com a ABIQUIM.■ Diretriz de Fiscalização de Produtos Perigosos no modal rodoviário			
Participantes:	1º Ten. QOPM Marcos César Paluch, BPMA; Jocelmo Xavier, DETRAN; Jorge Aurélio Perito de Bem, Polícia Científica; Reginaldo Joaquim Souza, SEMA; José Carlos Salgado, IAP; Elisa Beatriz T. Ribas, DER; Luciane M. S. de Almeida, MPPR; Marcos Antônio Pinto, IAP; Mariana Irene Hoppen, IAP; Michel Barato de Andrade, IAP; André Moreira Aguiar, FETRANSPAR; 1º Ten. QOBM Marcos Vidal da Silva Junior, CEPDEC.			

ASSUNTOS ABORDADOS

Representante	Assunto
Ten. Vidal	<p>Deu início à reunião contextualizando os trabalhos para os participantes que ainda não haviam se feito presentes nas reuniões anteriores. Os assuntos abordados foram os andamentos dos Workshops relacionados ao FGRD (Programa de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres) e a tentativa de estabelecer o convênio com o Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>Repassou a confirmação do evento com a ABIQUIM sobre SASSMAQ, que será no dia 19 de novembro, nas instalações do SEST/SENAT.</p> <p>Informou os participantes sobre as tratativas que estão ocorrendo para a realização de um simulado da REPAR (Refinaria Getúlio Vargas), em Araucária, no próximo ano.</p> <p>Com relação ao Workshop do Plano de Contingência a data será remarcada, consultando os representantes via e-mail.</p>
Ten. Vidal	<p>Na sequência foi abordada a Diretriz para Fiscalização de Produtos Perigosos no Modal Rodoviário, contextualizando os preceitos e legislações pertinentes, e discutindo-se pontos relevantes.</p>
Marcos	<p>Citou, a partir da citação da normativa 05 no IBAMA, que o IAP está estabelecendo convênio com aquele órgão para realizar o Cadastro Técnico Federal, de maneira que haja possibilidade do órgão estadual acessar o sistema para buscar as informações das empresas sediadas no estado.</p> <p>Citou que grande parte das empresas não têm cadastro, e atualmente para se fazer o licenciamento o Cadastro Técnico Federal não é cobrado.</p> <p>A ideia que está se priorizando é a de que o estado deverá se focar nas empresas maiores devido à maior capacidade de gerar danos.</p>
André	<p>No Paraná não existe uma definição protocolar para o licenciamento de empresas que utilizam produtos perigosos.</p> <p>Não há também um licenciamento do transporte de produtos perigosos.</p> <p>Em São Paulo esta função de fiscalização e licenciamento fica a cargo dos municípios.</p> <p>Outro problema é com relação ao pernoite de caminhões carregados, pois não existe estrutura e os caminhoneiros acabam deixando o caminhão em frente às suas casas em áreas residenciais.</p>

	Há também o Registro Nacional dos Transportadores de Carga, que indica o tipo de carga e a atividade do Transportador.
Luciane	Argumentou se não seria o caso de haver local suficiente de parada previsto para toda a frota.
André	A lei do transporte prevê pontos de parada, não obstante, não há locais públicos para parada nas rodovias. Há também o problema de empresas que contratam particulares com os caminhões. A empresa de transporte é apenas um escritório que contrata os caminhoneiros com seus caminhões próprios para fazerem o transporte dos produtos. A renovação da frota, neste sentido, também depende dos particulares que são contratados, contribuindo para a utilização de caminhões antigos com condições de transporte já precárias.
Salgado	Devido a esse problema com relação ao estacionamento irregular, o IAP tentou dar uma solução, em Paranaguá, por exemplo, colocando a responsabilidade com as empresas receptoras dos produtos. Por exemplo, deu-se um ultimato à Catallini de que todos os acidentes envolvendo caminhões que fizessem o transporte de cargas para eles seriam também de responsabilidade deles, uma vez que havia vários caminhões sucateados que faziam o transporte. Após isto, a empresa começou a fazer melhor a triagem dos caminhões.
Ten. Vidal	Há as inspeções que devem ser feitas periodicamente pelo INMETRO para atestar as condições dos veículos para o transporte de cargas. O motorista deve possuir este certificado de inspeção veicular. Se ele não estiver em acordo, há as sanções previstas na legislação da ANTT.
André	Deve-se ter em mente a responsabilidade das empresas em fazer esta inspeção e cuidar também com a renovação dos motoristas e da frota para que os caminhões tenham as condições necessárias para realizar o transporte.
Salgado	O IAP prevê, no fazimento da multa, a questão da responsabilidade compartilhada que os envolvidos têm, isto é, expedidor, transportador e recebedor. Deve haver uma resposta coerente para o acidente.
André	Hoje as empresas sérias tem adotado o programa da ABIQUIM, o SASSMAQ, que possibilita a segurança na área química, com relações ainda com a saúde do trabalhador da área. Tem melhorado muito a capacidade das empresas em lidar com estas questões.
Reginaldo	Sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho específico para tratar destas questões de licenciamento e relativas às questões ambientais.
Ten. Vidal	Solicitou a indicação de quais órgãos poderiam participar deste grupo de trabalho. Foram indicados IAP, SEMAN, FETRANSPAR, BPMA, PRF, PRE. Será trazida para a próxima reunião uma proposta do funcionamento deste grupo de trabalho para que seja avaliada pelo grupo.
Ten. Vidal	Solicitou ao perito Jorge Bem do Instituto de Criminalística que discorresse sobre os procedimentos da mesma com relação aos acidentes.
Jorge	Explicou sobre a atuação do instituto de criminalística que envia peritos aos locais de acidente para verificarem a procedência dos processos em acordo com os danos ambientais causados pelo incidente. O perito irá verificar as causas do acidente e suas consequências ao meio ambiente, avaliando os danos.
Luciane	Citou que a perícia atua paralelamente à atuação do órgão ambiental, instruindo os processos de crime ambiental. O processo se baseia nas atuações da Polícia Militar Ambiental.
Marcos	Citou que há, comumente, um entendimento errôneo de como funciona a atuação

	feita pelo IAP. Normalmente outros órgãos pedem para que o IAP já chegue a cena lavrando a autuação, mas o funcionamento é diverso. Há elementos que podem ser avaliados no início do incidente e outros que só poderão ser analisados após o decorrer das ações de resposta, avaliando o desempenho da empresa responsável sobre a recuperação do dano, etc. Deve ser feita uma análise total da cena para se atuar.
Jocelmo	Questionou sobre a existência de estatísticas sobre as causas dos acidentes.
Ten. Vidal	Expôs que não possui estatísticas sobre as causas dos acidentes, mas implantada uma estratégia para que se extraia a provável causa nas ocorrências futuras.
Jorge	Citou que participava do Comitê de Trânsito de Curitiba e que fizeram a avaliação de vários casos de acidentes atestando causas. Saíram até mesmo reportagens sobre as informações geradas. Uma grande parte dos acidentes é causada em virtude de falhas humanas como excesso de velocidade ou falta de treinamento específico dos motoristas.
André	Citou que as empresas estão investindo muito no treinamento dos motoristas.
Ten. Vidal	Às 11h30min foi encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES

- Será apresentada na próxima reunião uma proposta de formação de Grupo de Trabalho para o licenciamento ambiental no Paraná para ser votada em Comissão.

PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- Diretriz de Fiscalização de Produtos Perigosos no modal rodoviário.
- Grupo de Trabalho sobre licenciamento.

DATA E LOCAL DA PRÓXIMA REUNIÃO

Data: 11 de novembro de 2014

Horário: 09h00min

Local: Sala de reuniões – SETCEPAR.

Endereço: Rua Almirante Gonçalves, 1966, Rebouças, Curitiba – PR.